

A colonização e a inserção dos escravizados no Piauí, do século XVI ao início do século XIX

The colonization and insertion of the enslaved in Piauí, from the 16th century to the beginning of the 19th century

Talyta Marjorie Lira Sousa Nepomuceno

Doutoranda em História na Universidade Federal do Piauí.

Mestre e graduada em História pela mesma instituição.

Resumo: No processo de ocupação, os primeiros colonizadores trouxeram, juntamente com o gado, africanos escravizados para a capitania do Piauí. Este trabalho dedica-se a (re) construir a trajetória dos escravizados no processo de colonização da província do Piauí do século XVI ao início do século XIX. Optamos por examinar o processo de colonização do Piauí sob o ângulo da história oficial para tentar elucidar de que forma adentraram o território piauiense tornando-se importantes para formação dessa sociedade. Foi utilizada a revisão de literatura das obras dos autores Luis Mott, Tânia M. Brandão, Miridan B. Knox Falci, Solimar Oliveira Lima, Mairton Celestino e Francisca Raquel; e a pesquisa documental através do Projeto Resgate, onde consultamos as fontes do Arquivo Histórico Ultramarino ao aparato do processo de colonização relacionado à política colonial portuguesa de expansão territorial, instalação dos currais e inserção da mão de obra escravizada pelo sertão. Escavamos os meandros dos documentos, as intenções de quem os produziu, para emergir vozes e narrações que escaparam da produção oficial.

Palavras-Chave: História, colonização, escravizados.

Abstract: In the occupation process, the first settlers brought, along with their cattle, enslaved Africans to the captaincy of Piauí. This work is dedicated to (re)constructing the trajectory of the enslaved in the colonization process of the province of Piauí from the 16th to the early 19th century. We chose to examine the colonization process of Piauí from the angle of official history to try to elucidate how they entered the territory of Piauí, becoming important for the formation of this society. A literature review of the works of authors Luis Mott, Tânia M. Brandão, Miridan B. Knox Falci, Solimar Oliveira Lima, Mairton Celestino and Francisca Raquel was used; and documentary research through Projeto Resgate, where we consulted the sources of the Overseas Historical Archive to the apparatus of the colonization process related to the Portuguese colonial policy of territorial expansion, installation of corrals and insertion of slave labor in the sertão. We dug into the intricacies of the documents, the intentions of those who produced them, to emerge voices and narrations that escaped official production.

Key-words: History, colonization, enslaved.

A criação de gado não era apenas um apêndice da economia açucareira, como afirmou Alencastro, ao contrário, o caminho aberto pelas reses possibilitou a ligação entre as demais capitanias e criou condições para a formação da sociedade escravista no sertão. Na capitania do Piauí, “foram as fazendas de gado que definiram a forma de ocupação do solo e a distribuição dos colonizadores ao longo do sertão” (MOTT, 2010: 23). A colonização do Piauí está relacionada à política colonial portuguesa de expansão territorial, instalação dos currais para o sertão em decorrência do crescimento da produção açucareira e pela importação e exportação de produtos pelo litoral piauiense.

Ainda no século XVI, Portugal passou a investir no controle sobre as colônias, instituindo o exclusivo colonial e os governos gerais. Dom João III estabeleceu o Governo-Geral do Brasil e enviou Tomé de Sousa com o objetivo de centralizar a administração, organizar as rendas da Coroa e garantir a posse territorial. Na comitiva do primeiro Governador-geral estavam os Garcia D’Ávila, as primeiras cabeças de gado zebuino, provenientes das ilhas de Cabo Verde, e os jesuítas da Companhia de Jesus, comandados por Manuel da Nóbrega, que tinha o intuito de catequizar os índios e disciplinar o clero (SOUSA, 2008: 4). Esses três elementos foram fundamentais para a ocupação do Piauí, os Garcia D’Ávila no processo de devassamento da região, sujeição dos indígenas e criação de fazendas, o gado como a base econômica, interiorização dos colonos e distribuição dos cativos, e a Companhia de Jesus na evangelização, aldeamento, administração de fazendas e poder temporal.

As experiências na ocupação do território brasileiro não podem ser homogeneizadas tomando a região Sul (Rio de Janeiro e São Paulo) ou o Norte açucareiro (Pernambuco e Bahia) como base para todo o processo de colonização. Existiam dinâmicas de ocupação diferentes devido a fatores como a dimensão geográfica, as diferentes possibilidades de exploração, as formas de administração dos agentes coloniais, o sistema de ventos e correntes marítimas, que facilitavam o comércio e a navegação direta entre a Europa e o litoral norte, e a contínua presença de estrangeiros nos pontos ribeirinhos próximos ao rio Amazonas. Dessa forma, a dinâmica de ocupação e povoamento do território brasileiro, moldada conforme as particularidades de cada região, levou à divisão espacial entre o Estado do Maranhão e o Estado do Brasil em 1621. O território foi dividido em duas grandes regiões, ao Norte, denominava-se o Estado do Maranhão, e ao Sul, Estado do Brasil, ambas submetidas à Coroa portuguesa, mas sob distintas administrações (SILVA, 2016: 16).

Os portugueses tinham interesse na região do Maranhão em razão

da proximidade da foz do rio Amazonas e sua importância estratégica para o desenvolvimento econômico, a possibilidade de atingir as minas peruanas e pela ameaça constante de franceses e espanhóis. Conforme destacou Mairton Celestino, a exploração dessas terras estava ligada ao contexto global de alargamento do império a partir de quatro pontos: a união entre as Coroas portuguesa e espanhola, a conquista francesa ao norte, as ações dos missionários da Companhia de Jesus no sertão, e as Bandeiras, que alcançariam o interior do Piauí e Maranhão (SILVA, 2016: 44). Nesse cenário, há uma variedade na ocupação do Norte em detrimento da colonização do Estado do Brasil, e essa formação inicial é base para as trocas sociais, culturais, econômicas e políticas entre o Piauí e o Maranhão nos oitocentos, e para o circuito comercial e de fugas de escravizados, que analisaremos nos capítulos posteriores.

Com efeito, a colonização do Piauí está relacionada à política portuguesa, não podendo ser dissociada do contexto do Império colonial e do engajamento da conjuntura do mundo moderno. O devassamento, a conquista e a ocupação não são um fato isolado, pois Portugal estava interessado no controle e na segurança do território, na expansão dos currais e ampliação dos rendimentos, além da necessidade de sobrevivência do seu poderio (BRANDÃO, 1999: 40). De modo que o Piauí era uma região estratégica e servia como área de conexão entre as duas partes do império português, isso ampliava a possibilidade de exploração da terra e da mão de obra indígena (SILVA, 2016: 96).

A colonização do Piauí deu-se através da entrada do gado no interior da província, que, segundo Gardner, era “uma das grandes fontes de renda do tesouro, era o lucro proveniente da venda do gado criado nas trinta fazendas pertencentes à Coroa” (GARDNER, 1942: 223). Em consequência à expansão dos espaços de produção, dos rebanhos e da comercialização deste produto, este território tornou-se referência nacional. Assim, este trabalho dedica-se a traçar o panorama histórico da formação da capitania do Piauí e como os africanos e afrodescendentes escravizados adentraram este território.

As primeiras incursões no território piauiense foram de tropeiros e viajantes no litoral. Há registros de um naufrágio no Delta do Parnaíba, em 1571, onde Nicolau de Rezende e seus companheiros sobreviveram e passaram a conviver com os índios Tremembés que habitavam a região. Não há indícios que tenham retornado à Europa, permanecendo no litoral piauiense e constituindo família com as nativas (MELO, 2019: 339).

Perdendo-se, haverá dezesseis anos, um navio nos baixos do Maranhão, da gente que escapou dele que veio por terra, afirmou um Nicolau de Rezende, desta companhia,

que a terra toda ao longo do mar até este rio Grande era escalvada a maior parte dela, e outra cheia de palmares bravos, e que achara uma lagoa muito grande, que seria de 20 léguas pouco mais ou menos; e que ao longo dela era a terra fresca e coberta de arvoredo; e que mais adiante achara outra muito maior a que não vira o fim, mas que a terra que vizinhava com ela era fresca e escalvada, e que em uma e em outra havia grandes pescarias, de que se aproveitavam os tapuias que viviam por esta costa até este rio Grande, dos quais disse que recebera com os mais companheiros bom tratamento (SOUSA, apud MELO, 2019: 339).

O *Tratado Descritivo do Brasil*, escrito por Gabriel Soares de Sousa, em 1587, evidencia o uso da rede hidrográfica dos rios Igarçu e Parnaíba, a exploração da região por aventureiros de diferentes nacionalidades e a povoação do Piauí por meio da força resultante de vários vetores, tanto pelo litoral quanto pelo sertão. Segundo o padre Cláudio de Melo, na obra *A prioridade do Norte no povoamento do Piauí*, existem os mapas de Visconti de Maiollo, Desseliers e Diogo Homem, que provam que desde o século XVI “não só o litoral, mas toda a sua proximidade, foram palmilhados pelos aventureiros” (MELO, 2019: 334)

Há registros do Padre Antônio Vieira de 1660 que, a caminho do Maranhão, passou pelo litoral piauiense e pelo rio Paraguaçu (primeira denominação dada ao rio Parnaíba pelo Conselho Ultramarino). Antônio Vieira chamou a atenção para os canais interiores entre as ilhas do delta e a travessia perigosa “pela rebentação dos baixos, que em alguns deles obstruem a foz” (J. LÚCIO D’AZEVEDO, 1918, s.p.) Em sua descrição, o rio Paraguaçu “saía ao mar entre o Maranhão e o Ceará, por oito ou nove bocas, que vilgarmente se cuida são rios diferentes, os quais todos eu vi e passei” (VIEIRA, 1992: 90). Vimos que a fala do padre mostra a importância do litoral no processo de ocupação, que as terras do Piauí formavam um corredor de passagem e comunicação dos agentes coloniais entre as capitanias do Maranhão, Ceará, Pernambuco e Bahia.

A colonização do Piauí pelo sertão teve início a partir da segunda metade do século XVII, na busca por novas áreas de colonização, exploração, acúmulo de riquezas, catequização e apresamento de indígenas. Os caminhos que levaram os bandeirantes, pecuaristas e jesuítas aos sertões, estão associados ao conhecimento sobre a hidrografia, navegabilidade e ao relacionamento com nativos dessas regiões (SILVA, 2016: 78). A ocupação do Piauí coincide com o novo direcionamento político lusitano, quanto ao caráter de integralização e alargamento de seus domínios, incentivo à formação de expedições rumo à efetiva colonização, representando a inserção dessas regiões na dinâmica comercial da metrópole (SILVA, 2016: 110). A instalação dos currais para o sertão ocorre em decorrência da expansão açucareira no litoral brasileiro, bem como pela disputa por espaço entre o gado e a cana-de-

açúcar por terra. Assim é que a pecuária desempenhou um importante papel no processo de interiorização dos colonos e distribuição dos africanos escravizados pelos sertões (COSTA, 2017: 46)

O mercado interno impulsionava o mercado como um todo, dessa forma, ocorria a acumulação endógena de capital e o alargamento dos domínios lusitanos fora do perímetro litorâneo (SALLES, 2017: 272). A exigência de pouco capital inicial, as grandes extensões de terra, a mão de obra indígena disponível e a multiplicação biológica dos rebanhos, favoreciam o investimento nas fazendas de gado no sertão (BRANDÃO, 1999: 40). Segundo Ana Estela Oliveira, o projeto da economia colonial voltado para a pecuária desenvolveu-se em duas etapas: inicialmente, durante o final do século XVII e início do século XVIII, com a ocupação do território pelos sertanistas vindos da região do vale do rio São Francisco, dispersando a população nativa e povoando a terra com a criação de gado. A segunda etapa ocorreu na segunda metade do século XVIII e diz respeito à expulsão dos jesuítas e à expansão da área ocupada pelas fazendas de gado *vacum* (OLIVEIRA, 2007: 26).

Em 1701, por ordem régia, as fazendas de gado passaram a ser distantes do litoral dez léguas. O gado era criado extensivamente e invadia os canaviais à procura de alimento, gerando constantes conflitos entre os produtores agrícolas e pecuaristas. As sucessivas disputas entre os produtores de gado e de cana-de-açúcar contribuíram para instigar a ocupação do sertão. No sentido contrário, o gado produzido nos sertões era levado em grandes marchas até os abatedouros do Recife e de Salvador, onde se consumia a carne e se preparavam os couros para a exportação.

O gado adentrava o território piauiense por duas frentes: a primeira por Pernambuco, sertão de fora, na direção Norte e Oeste, estendendo-se pelo interior da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. A segunda pela Bahia, sertão de dentro ou sertão de rodela, acompanhando o curso do Rio São Francisco e prosseguindo até o Piauí (WEHLING, 1994: 119). Os africanos escravizados eram levados para o sertão acompanhando a rota do gado de Recife, Salvador e São Luís.

O Sertão de Rodelas era uma região que não possuía limites geográficos específicos. Podemos dizer que abrangia a área de parte dos territórios da Bahia, Piauí e Pernambuco. Essa nomenclatura apareceu pela primeira vez nas crônicas de Felipe Camarão, descrevendo que:

Em 31 de julho de 1639, D. Francisco Mascarenhas, Conde da Torre, já instalado na Bahia, com sua esquadra vinda da Europa para atacar Pernambuco e tenta arrasar em definitivo o Brasil-Holandês, resolvendo tática diferente, em combinação com o governador- geral, manda que Felipe Camarão marche por terra, com seus índios,

a fim de, atravessando o rio São Francisco, penetrar no Sertão de Rodelas e, na aldeia indígena ali existente, procurar entendimento com seu chefe, o Índio Rodela, convocando mais guerreiros para a luta e requisitando-lhes bastimentos, depois do que, devidamente preparado, desça dos sertões pernambucanos e invada a Mata do Litoral [...]” (D. B. SALOMÃO, 2008: 4).

Os colonizadores lutaram contra grupos indígenas para implantar o projeto luso, tanto com base nos conflitos quanto na negociação. Devido à liderança sobre duzentos índios na participação da guerra contra os holandeses na Ribeira das Alagoas do São Francisco, o índio Rodela retornou para sua aldeia onde foi batizado com o nome de Francisco Rodelas ou Francisco Pereira Rodela. Os indígenas que habitavam as proximidades de sua aldeia ficaram conhecidos como índios rodeleiros e a região como Sertão de Rodelas. O índio Rodela participou com os índios de sua aldeia de outras guerras como aliados dos portugueses. Em 1674, cooperou na guerra contra os “índios brabos” no sertão do Piauí e ganhou o título de capitão. Dessa forma, o topônimo além de ter sido usado para designar os povos indígenas encontrados na região do médio rio São Francisco, também foi utilizado para indicar uma vasta área do sertão nordestino (D. B. SALOMÃO, 2008: 4-5).

Os primeiros fazendeiros vindos da Bahia penetraram nas terras piauienses em virtude da ampliação da posse da terra e escravização dos indígenas. A Casa da Torre organizou em 1674 uma expedição contra os índios “Gueguês” ou “Gurgueias” nas proximidades do sul do Piauí, na bacia do rio São Francisco. Em correspondência, o governador de Pernambuco Dom Lourenço de Almeida pediu licença para enviar o Coronel Garcia de Ávila Pereira e fazer a guerra contra o gentio nos sertões do Maranhão, pois estes estavam destruindo as fazendas por onde passavam, provocando a ruína destas na região do sertão. O império português, em carta de 20 de abril de 1708, já havia ordenado e concedido licença a Garcia D’Ávila para entrar em todas as partes dos sertões e guerrear contra todas as nações de índios (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE, 1938: 67-68)

O primeiro Garcia D’Ávila chegou junto com o primeiro governador-geral Tomé de Sousa, em 1540, formou um grupo dedicado à pecuária e seus currais se espalharam pelas capitanias de Sergipe, Pernambuco, Piauí e Maranhão. A Casa da Torre era a maior empresa pastoril da Bahia, tinha status de estado e passou três séculos dominando as terras conquistadas. Os D’Ávila eram representantes de uma elite interna de negociantes e acumuladores de capital que estavam envolvidos em diferentes categorias de comércio e que, muitas vezes, comercializavam diretamente com a metrópole (SALLES, 2017: 270). A constituição das fortunas dessa família baseou-se nas práticas da sociedade portuguesa: a conquista por meio de guerras,

nos trópicos pode ser traduzida na aquisição a “baixo custos” de escravos indígenas e apropriação de suas terras; a administração real que dava poderes em nome do rei e *benesses* via sistema de mercês; e o domínio da câmara, instituição que proporcionou a intervenção política cotidiana (FRAGOSO; BICALHO; GOUVÊA, 2001: 42)

Os primeiros colonizadores expandiram seus currais pelo Vale do Rio Piauí, Gurgueia, Canindé e Parnaíba. Dentre os sertanistas que chegaram ao território piauiense, destacam-se os bandeirantes que vieram com Domingos Jorge Velho e vaqueiros da Casa da Torre, vindos com Domingos Afonso Sertão (MOTT, 2010: 53). Em 1662, Domingos Jorge Velho saiu de São Paulo em direção ao Piauí, passando pelo sertão da Bahia às margens do rio São Francisco e ampliando suas conquistas em solo piauiense, próximo à Serra dos Dois Irmãos, na divisa Piauí e Pernambuco. Segundo Pereira de Alencastre, não se sabe ao certo quando essa região ficou conhecida como serra Dois Irmãos, mas é provável que recebeu esse nome em homenagem a Domingos Afonso Mafrense e seu irmão Julião Afonso Serra, que passaram a ocupar as terras ao longo dos vales dos rios do Piauí (ALENCASTRE, 2005: p. 45). Essa referência geográfica era a divisão entre o Estado do Maranhão e o Estado do Brasil, e o lugar enunciado por Spix e Martius como uma das poucas vias de acesso que levavam ao Piauí e ao Maranhão pela região do sertão (SILVA, 2016: 254).

Domingos Jorge Velho se estabeleceu na bacia do Parnaíba, perseguindo e apresando os índios. Após uma década, já possuía fazendas de gado implantadas na bacia do Poti, na região à margem do rio Sambito, próximo à cidade de Valença, onde fundou o arraial dos paulistas entre a fazenda São Francisco de Xavier e o sítio Catarina (BRANDÃO, 1999: 47-48). Padre Miguel de Carvalho diz que “entre essas duas fazendas estão uns olhos de água a que vulgarmente chamam Brejos em os quais está situado o capitão mor dos paulistas Francisco Dias da Siqueira com um arraial de tapuias com os quais faz entrada ao gentio bravo e lhe tem o encontro para que não ofendam a povoação” (ENNES, 1938: 379). Esta localidade não era apenas uma fornecedora de alimentos e guarida aos colonizadores, mas uma barreira contra os indígenas e cativos fugidos, assegurando a entrada dos colonizadores (BRANDÃO, 1999: 48).

Domingos Jorge Velho travou uma batalha jurídica com o governo português pelo trabalho de extermínio de Palmares e desbravamento de terras do Piauí. Seus direitos só foram reconhecidos 1705, quando foi concedido por Francisco Castro Morais, governador de Pernambuco, uma carta de doação das terras às margens do rio Poti e Parnaíba a Jerômima Cardim Fróis, viúva de Jorge Velho (PEREIRA DA COSTA, 1974: 38). Em 1670, Domingos Afonso Mafrense chegou ao Brasil

com o objetivo de conquistar os sertões em nome da Coroa Portuguesa e aliou-se aos pecuaristas da Casa da Torre, a detentora do maior latifúndio entre a Bahia e o Maranhão. Os D'Ávila e Mafrense tornaram-se sócios, com o argumento de colonização dos sertões, expansão da pecuária e combate aos índios (BRANDÃO, 1999: 50). O avanço da Casa da Torre e seus associados contrariou os interesses do Estado do Maranhão e do Brasil (SILVA, 2016: 99).

Em 1674, as tropas da Casa da Torre partiram ao encontro de Mafrense na fazenda Sobrado, à margem esquerda do rio São Francisco, percorreram o rio atravessando a Serra da Tabatinga e chegando às cabeceiras do rio Piauí. Nessas regiões, estabeleceu-se a exploração da pecuária, que abasteceu o litoral açucareiro e a região mineradora. A pecuária era atraente porque não estava sujeita às oscilações externas, dava possibilidade de ascensão social, e o mercado interno, naquele momento, se desenvolvia (MOTT, 2010: 35).

Mafrense ampliou o seu patrimônio para trinta fazendas de gado e cinquenta posses menores. Sua primeira fazenda situada em terras piauienses chamava-se Porções de Baixo, localizada ao longo do Rio Canindé. Em 1674, Domingos Sertão conquistou praticamente metade do território piauiense, de modo que, ao retornar à Bahia, onde possuía residência, deixou para trás cerca de trinta fazendas de gado, administradas por vaqueiros de sua confiança (MOTT, 2010: 92).

Em 1676, o sertanista português requereu sesmarias ao governo de Portugal através do governador de Pernambuco. O território piauiense foi administrado inicialmente pela Capitania de Pernambuco, que tinha o objetivo de garantir o domínio das regiões conquistadas e concretizar seu aproveitamento econômico. As primeiras sesmarias foram doadas em 12 de outubro de 1676, por Dom Francisco de Almeida, governador de Pernambuco, a Domingos Afonso Mafrense, Julião Afonso Serra, Francisco Dias de Ávila e Bernardo Pereira Gago, as quais atingiam um total de quarenta léguas de extensão. Ao todo foram 360.000 hectares para cada um dos requerentes, o que representa 5,7% do atual território piauiense (SILVA, 1996: 22)

Em 1681, o governador de Pernambuco concedeu novas sesmarias a Domingos Afonso Mafrense, nas margens do rio Parnaíba, na região de Parnaguá, nas margens do rio Gurgueia e Paraim, e outras léguas nas margens do Rio Tranqueira. Em dezembro de 1686, foi concedida outra sesmaria a Mafrense nas margens do rio Parnaíba, que começava na aldeia dos índios Arani e se estendia até a última aldeia dos índios Amoipira, e pela parte sul até a Serra do Araripe (PEREIRA DA COSTA, 1974: 48). Essas fazendas foram concedidas na condição de não serem alienadas, devendo se construir no local uma capela ou morgado¹, e sua renda ser aplicada

1. Propriedade vinculada ou conjunto de bens que não se podiam alienar ou dividir, e que em geral, por morte do possuidor, passava para o filho mais velho.

para ajudar donzelas, viúvas e pobres e, com o que sobrasse, seriam adquiridas novas fazendas.

A falta de fiscalização da coroa portuguesa na doação das sesmarias favoreceu a concentração de terras e a desigualdade na estrutura fundiária. A base fundiária ligada à atividade pastoril levou à formação da sociedade do sertão e às grandes dimensões das possessões dos sesmeiros. A concentração de terras no início do devassamento provocou um conflito entre posseiros, apoiados pelos padres que queriam fugir do foro da Bahia e de Pernambuco, onde os litígios sobre a posse da terra eram julgados, e pelos sesmeiros, que detinham o título de posse, mas muitos não ocupavam, nem administravam a terra, estavam amparados pelas autoridades representantes do Estado Português. O aspecto positivo dessa disputa foi o estabelecimento das primeiras vilas (BRANDÃO, 1999: 37,50 e 87).

Os posseiros, liderados por Lourenço Rocha Marinho, inimigo de Mafrense, induziram o governador do Maranhão, Manuel Rolim de Moura, a levar ao rei de Portugal, Dom Pedro II, a conveniência da anexação do Piauí ao Maranhão.

Faço saber voz governador-geral do Maranhão e Pará que para evitar as operações prejuízo que se tem representado e haverem parecido os moradores do Piauí, Sertões da Bahia e Pernambuco por ocasião dos contendo celetistas que se moveram os chamados possuidores de várias terras de sesmarias doadas naqueles possuidores distritos a Francisco Dias d'Ávila Francisco Barbosa Leão Bernardo Pereira gago Domingos Afonso Sertão Francisco de Souza Fagundes Antônio Góes de Brito avó da mulher do ilustríssimo de Manuel de Saldanha e Bernardo Vieira e experimentando os moradores grande vexame negociação contra eles alcançado para expulsão das suas fazendas cobranças de vendas e outras dadas terra sobre o que mandei a informar informações necessárias fazendo-me os fazendeiros suas representações acolhi representado e foram ouvidos responderam os procuradores de minha fazenda coroa (ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. Brasil-Maranhão. Carta régia. Minuta para o governador e capitão-general do estado do Maranhão, sobre a situação de conflitos em que vive os moradores do Piauí, dos sertões da Bahia e de Pernambuco, provocados pelos possuidores de vastas sesmarias naqueles lugares. AHU_ACL_CU_099, Cx. 33, D. 3343)

Conforme a carta régia enviada ao governador e capitão-general do estado do Maranhão, sobre conflitos em que viviam os moradores do Piauí, dos sertões da Bahia e de Pernambuco, os posseiros consideravam que, transferindo os litígios para o Maranhão e longe da Bahia e Pernambuco, poderiam obter a posse da terra. As contendas resolvidas na Bahia e em Pernambuco teriam o caráter celetista e beneficiariam os sesmeiros.

A sugestão da mudança administrativa foi aceita pelo rei que, em Carta Régia

de 3 de março de 1702, anexou o Piauí ao Maranhão e ordenou que os sesmeiros deveriam demarcar suas terras em dois anos, sob pena de ficarem devolutas (PEREIRA DA COSTA, 1974: 66). A disputa entre posseiros e sesmeiros nos faz refletir sobre os múltiplos indivíduos que disputavam o poder na região do sertão, suas redes de relação e a acumulação endógena de capital na colônia, que serviu para formar as relações sociais. A renda do gado ficava acumulada nas mãos de alguns e levava à constante reintegração das diferenciações sociais (SALLES, 2017: 271).

Assim, terra, gado e escravidão foram elementos que estavam interligados e que contribuíram para a formação social, política e econômica do território piauiense (COSTA, 2017: 42). A implantação do regime escravocrata no processo de ocupação do território piauiense decorreu da política portuguesa da utilização do trabalho compulsório e não pode ser dissociada do contexto do império colonial e do engajamento da conjuntura do mundo moderno. A capitania do Piauí estava ligada às capitanias da Bahia, Pernambuco e Maranhão, tanto pela pecuária e comercialização do rebanho, quanto pela dinâmica do trabalho escravo. Este e o trabalho livre coexistiram na sociedade piauiense desde a implantação dos primeiros currais, inserindo a capitania na dinâmica global da escravidão.

Pouco conhecemos sobre a história dos primeiros escravos africanos que chegaram ao território, e reconstituir os traços históricos sobre esses sujeitos históricos não é tarefa fácil, em razão das muitas lacunas existentes, portanto, ainda demandando pesquisas. Segundo Miridan Britto Knox Falci, os africanos escravizados vieram com seus senhores, os sesmeiros, ou chegaram depois, comprados nos mercados da Bahia, Recife ou São Luís, para ajudar no desenvolvimento da pecuária, no trabalho da agricultura do algodão, arroz e milho, e economia de subsistência. A localização geográfica serviu para importação de cativos a partir de três eixos: da passagem leste para oeste havia uma rede de mercadores de escravos partindo da Bahia e de Pernambuco, rumo ao sul do Maranhão; outra corrente que ia de oeste para leste, saída de São Luís e se estabelecendo no Piauí, e o eixo do litoral, favorecido pelo tráfico atlântico (FALCI, 1999: 37 e 173)

Com a interiorização do gado, o processo de ocupação do território possibilitou a constituição de um mercado interno e a intensa circulação de sujeitos escravizados e livres, ocasionando a formação das comunidades sertanejas que foram inseridas no sistema de conexões do comércio atlântico. Dessa maneira, a logística do tráfico atlântico estendeu-se para novos mercados consumidores, que adotaram transitar pelos sertões com o objetivo de fornecer escravos africanos para as comunidades (CEZAR, 2016: 2)

Nos séculos XVI e XVII, os africanos que chegaram aos portos baianos

eram direcionados principalmente para áreas de cultivo de cana-de-açúcar, neste momento, o circuito de redistribuição de cativos pelo mercado interno não era desenvolvido quanto nos séculos XVIII e XIX. Após a descoberta de minério no Brasil, o número de africanos que desembarcavam no país aumentou, e o tráfico atlântico foi modificado para atender a essa demanda, além disso, os escravos passaram ser redistribuídos para o vale do rio São Francisco e o rio das Velhas (RIBEIRO, 2005: 95 e 102).

Dessa maneira, os traficantes saíam da região de Salvador com remessas de escravos e adentravam os sertões, abastecendo o comércio e percorrendo as principais rotas do gado. Não há como mensurar a quantidade de cativos africanos que adentraram a capitania do Piauí, seja pelo sertão ou pelo litoral, principalmente pela falta de fiscalização e registro, ação dos particulares, a autonomia e dinamismo da região da vila de Parnaíba.

Para Cláudio Bastos, os primeiros cativos eram oriundos do Congo e de Angola, etnia predominante na Bahia, o mercado de grande influência sobre o Piauí devido ao comércio de gado. Acrescenta ainda que eles adentraram o Piauí pela estrada que ligava a feira de Capuame, na Bahia, à vila da Mocha (Oeiras), e que alguns também foram trocados por bois em Minas Gerais, mas em pequeno número (BASTOS, 1994: 200). A feira de Capuame foi escolhida pelos funcionários régios como local para a concentração do maior número de boiadas e para dinamizar o abastecimento de carne e couro para as outras capitanias e para Lisboa (HENRIQUE, 2014: p. 14). Ao certo, os escravos africanos remetidos ao sertão de dentro, em meados da década de 1760, partiam da cidade de Salvador e seguiam a rota da feira de Capuame, utilizada para a comercialização de gado e de almas.

O comércio de escravizados na região teve expansão devido à recuperação agrícola do norte, com a exportação de produtos como açúcar e fumo, e o abastecimento do mercado interno com farinha de mandioca e carne de gado vacum (RIBEIRO, 2005: 107). Uma das consequências da recuperação da agricultura foi a expansão no número de cativos comprados em Salvador e remetidos para a capitania do Piauí. O percentual das remessas anuais de escravos africanos e crioulos de Salvador para outras regiões foi cerca de 10% entre os anos 1760 e 1770. O número de escravos africanos e crioulos enviados da cidade de Salvador para a capitania do Piauí, nessa década, foi de 194 sujeitos, com destaque para o ano de 1768, com o envio de 92 escravizados. Em relação a novos cativos que aportaram em Salvador e foram enviados para o Piauí nesse mesmo período, temos uma média de 169 escravos, representando 0,3% do total de africanos que foram comercializados (RIBEIRO, 2005: 107 e 109).

Entre 1811 e 1820, houve uma elevação no número de escravizados africanos e crioulos enviados para o território piauiense. De acordo com os dados disponíveis no acervo do Arquivo Público do Estado da Bahia e levantados por Alexandre Ribeiro, cerca de 1.056 sujeitos foram enviados para o Piauí, representando 6,2% do total de cativos comercializados no atlântico, apontando para a diversificação da economia colonial (RIBEIRO, 2005: 115).

Conforme Jorge Caldeira, o domínio do tráfico atlântico permitiu que houvesse o controle da cadeia de negócios do mercado interno por comerciantes que faziam a ligação entre os grandes traficantes e os atacadistas locais. Os tropeiros, regatões ou monçoneiros, eram figuras que chefiavam as caravanas comerciais, levavam a produção de um local para outro, compravam e vendiam nos sertões (CALDEIRA, 2011: 178-179). Há uma dinâmica do mercado interno que impulsiona a economia e que compreende a sociedade escravista como resultado de dinâmicas econômicas, políticas, ideológicas e culturais.

Os escravizados comercializados que saíam de São Luís, pela corrente que ia de oeste para leste, tinham duas rotas disponíveis para adentrar no território piauiense. A primeira era pelo litoral até a vila de São João da Parnaíba, seguindo por meio da navegação fluvial ou a pé até outras vilas como Campo Maior e Marvão. A segunda era através da “navegação fluvial dos rios navegáveis no Maranhão, o Itapecuru, e seguindo o restante da viagem por terra até Oeiras” (JÚNIOR BARROSO, 2009: 33-34). A maior parte dos escravos obtidos por meio do Maranhão era da região da Alta-Guiné, que corresponde atualmente a cinco países: Senegal, Gâmbia, Guiné, Guiné-Bissau e Serra Leoa. O fornecimento de cativos do Maranhão para o Piauí durante 1785 a 1800, ocorreu através do tráfico das regiões oriundas dos portos de Cacheu e Bissau, no continente africano. Esse destaque ocorria tanto pela quantidade de sujeitos que desembarcaram no porto de São Luís, quanto pela quantidade de embarcações (JÚNIOR BARROSO, 2009: 51 e 70).

O tráfico interno também movimentava o porto de São Luís, por meio da navegação costeira com as sumacas. Essas embarcações diferiam de outras pela quantidade de cativos que carregavam e poderiam vir do Ceará, Bahia e Pernambuco, mas a ênfase maior do tráfico interno de africanos era oriunda dos portos do litoral da Bahia e Pernambuco, a praça de venda de gado advindo do Piauí (JÚNIOR BARROSO, 2009: 69). O monopólio da distribuição de cativos vindos de São Luís começou a diminuir a partir de 1778, quando os mapas de importação e exportação de produtos e escravizados contemplaram os primeiros desembarques no porto da região da vila da Parnaíba, redimensionando a perspectiva até então relacionada ao tráfico atlântico (SANTOS, 2013: 45).

Durante o período colonial, a composição étnica dos cativos era variada, com predominância de sujeitos vindos da região do Congo, devido à divisão geográfica entre as duas Companhias de Comércio que atuavam em diferentes regiões (FALCI, 1999: 41). Tânia Brandão, ao analisar sessenta e um inventários registrados em Campo Maior, nas últimas décadas do século XVIII, destacou a presença de 329 escravizados declarados, uma incidência de 47,8% de escravizados nascidos no Brasil e 52,2% de diferentes nações, incluindo Angolas, Minas, Benguelas, Guiné, Congo, Gegê, Moçambiques, Rebolos e Caassangues (BRANDÃO, 1999: 121-128).

Na composição sexual da escravaria no Piauí, segundo Solimar Oliveira Lima, embora a predominância fosse masculina, a presença feminina foi marcante, sobretudo um significativo número de meninas com menos de 12 anos, sendo 36% do total de mulheres. A presença das mulheres e das crianças na pecuária, em tarefas secundárias, aliviava a pressão sobre os homens escravizados e garantia a eles maior disponibilidade para realizar outras tarefas. A divisão sexual acontecia desde quando os escravizados eram crianças, meninas eram ensinadas a fiar e costurar tecidos, e meninos a cuidar dos animais nos campos. Mas os trabalhos das mulheres e dos homens não se limitavam a trabalhos domésticos ou trabalhos na agricultura e pecuária, eles poderiam exercer várias funções (LIMA, 2010: p. 79)

O manuscrito *Roteiro do Maranhão a Goiás pela Capitania do Piauí* aponta para a utilização do elemento escravizado no aumento da produção agrícola do Piauí: “É a introdução dos escravos que se deve o grande aumento que tem tido esta Capitania na cultura dos gêneros comestíveis, eles não só chegam para sustentar a parte da povoação, que tem crescido com a mesma introdução e com a concorrência da Metrópole” (ANÔNIMO, 1900: 154) A partir do documento, observamos também que no início da colonização podiam ser identificados três tipos de escravizados: o índio, o negro e o mulato. O primeiro foi utilizado na economia predatória, durante o devassamento da área, exercia as funções de guia e peça militar, tinha nos arraiais a responsabilidade de cultivar os gêneros de subsistência. O negro e o mulato foram utilizados de forma expressiva, seu trabalho ia além da criação de gado, cultivava alguns gêneros agrícolas, como cana para a obtenção de açúcar, rapadura e cachaça. Competia-lhes também a confecção de celas, arreios, artefatos de madeira e barro, e a fabricação de tecidos (BRANDÃO, 1999: 150).

Miridan Britto Knox Falci ressalta que existiam características fundamentais dos cativos no Piauí: a primeira era que, para cada três homens livres, havia um ser escravizado; a segunda, era que existia um grande número de mestiços, e a terceira, era que a faixa etária dos cativos era jovem, com uma significativa representatividade das mulheres, tanto na faixa etária de crianças, como na faixa etária produtiva, entre

20 e 50 anos (FALCI, 1999: 24) A sociedade piauiense “nivelava o escravo à condição de objeto, mercadoria comerciável, obrigatoriamente pertencente a alguém. Como ser animalizado, tinha a obrigação de executar trabalhos pesados, degradantes ao homem. Considerado elemento inferior, sem capacidade de assimilação intelectual, necessitava ser tutelado, representado” (BRANDÃO, 1999: 156).

As reses e os escravos representavam o investimento de cada fazenda, assim a agropecuária no Piauí cresceu no contexto da utilização da mão de obra escravizada. As condições da utilização dessa força de trabalho diferiam das grandes empresas do açúcar e futuramente do café, especialmente pelos plantéis muito maiores, enquanto que, nas fazendas de gado, a média era de dois escravos (SOUSA, 2008: 8). As pequenas e médias propriedades tinham entre 1 e 9 cativos, provavelmente o trabalho era dividido entre o senhor, seus familiares, agregados e escravizados, ao tempo em que as grandes propriedades possuíam 10 ou mais escravizados e a organização do trabalho poderia ser mais impessoal (LIMA, 2008: 181).

No quadro das reformas pombalinas da segunda metade do século XVIII, surgiram disposições que levaram à proibição da entrada de novos cativos em Portugal e Algarves, mas que não possuía os mesmos efeitos nas colônias. O alvará publicado em 1761 declarava livres todos os escravizados que desembarcassem no reino de Portugal, e ratificava que o dispositivo não serviria de pretexto para que os cativos das colônias procurassem ir para Portugal atrás da liberdade (ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. Carta Régia do Rei Dom José do Piauí João Pereira Caldas de Nando a publicação da lei que determina sobre acesso de escravos transportados de África América e Ásia para o reino. Lisboa, 12 de outubro de 1761. AHU_ACL CU_018, CX. 8, D 496). Em consonância ao alvará, chegou ao Piauí carta régia de Dom José I, com as determinações do acesso de escravizados transportados da África, América e Ásia para o reino, e ordenando que a determinação fosse publicada em cada comarca de seus domínios, para que no futuro os governados não alegassem ignorância. Em resposta à carta régia do rei Dom José, João Pereira Caldas publicou a lei que determinava o acesso de cativos transportados de África, América e Ásia para o reino (Portugal).

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor para que o horror do castigo faça coibir a frequência dos atrozes insultos que alguns escravos e outros semelhantes acostumam praticar nesta capitania. Presume justo representar a vossa excelência que seria o humanamente conveniente peticionarem aqui os escravos e quaisquer outras pessoas que cometem delitos pelos quais mereçam pena de morte, pois é certo que ainda que está se haja de executar no Pará a respeito daqueles, não resulta de tal suplício o terror que se deve experimentar, se nesta Vila se efetuasse o mesmo suplício, principalmente sendo a rusticidade desta gente tão grande, que chega ao

ocasionar há muitos homens o conceito de que alguns escravos que aqui se tem remetido para o Pará pelos referidos motivos não vão morrer, mas só sim a vender. Deus guarde a vossa excelência
Oeiras do Piauí 3 de fevereiro de 1762

João Pereira Caldas (ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. Carta Régia do Rei Dom José do Piauí João Pereira Caldas de Nando a publicação da lei que determina sobre acesso de escravos transportados de África América e Ásia para o reino. Lisboa, 12 de outubro de 1761. AHU ACL CU_018, CX. 8, D 496)

Em resposta ao dispositivo, João Pereira Caldas expõe a condição da capitania em relação aos delitos praticados pelos escravizados, a rusticidade da população local que acreditava que os cativos que cometiam atrozes insultos iam ser vendidos no Pará, ao invés de receberem a pena de morte. Ao tempo em que reafirmava o poder da Coroa sobre os cativos desta capitania, o governador construía marcas institucionais da ordem escravista que atendiam ao princípio da autoridade e da justiça portuguesa. Em 1762, empreendeu viagem para o sul do território com uma comitiva, saindo da vila da Mocha rumo à Parnaguá e Jerumenha. Instalou a vila de Parnaguá em 3 de junho de 1762, e no ato de elevação desta vila foi escolhido o local onde deveria ser erguido o pelourinho, ritual político e jurídico, onde um dos símbolos de poder marcava a elevação de um lugar da categoria de freguesia para vila (LARA, 1988: 96).

[...] Senhor Governador foi dito que havendo-lhe sua Majestade mandou estabelecer uma Vila no lugar da mesma Freguesia, que por pluralidade de votos das pessoas mais consideráveis dela foi elegido para sua fundação e que tendo esse assentido pela maior parte daqueles moradores, que para ela mais própria situação deste lugar, determinava que nele se erigisse a referida Vila, com o nome de Nossa Senhora do Livramento do Parnaguá, cordenava o dito Desembargador ouvidor geral manda proceder **auto de Levantamento de Pelourinho**, que se dizia levantar como feito **foi levantado no largo Praça mais pública** deste mesmo lugar, que de novo passa a ser Vila com a sobredita denominação de Nossa Senhora do Livramento do Parnaguá, e logo pelo mesmo Senhor Governador e referidos Senhores conselheiro e Desembargador ouvidor com mais pessoas moradores e povo que presentes se achavam foi por três vezes dito em voz alta, viva El Rei de Portugal, e de tudo ordenou-se finalmente o dito senhor Governador ao mesmo Desembargador Ouvidor Geral, deferimento de auto que ele mandou lavrar por mim Escrivão, e o assinou depois com os referidos senhores governador e conselheiro e com as mais pessoas moradores e povo que assistiram a todo este auto de que o Escrivão dou fé. Manoel Francisco Ribeyro.

Escrivão das Comissões, escrevi. (ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. Offício do desembargador, Francisco Marcelino de Gouveia, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier Mendonça Furtado, sobre a criação da

nova Povoação de Nossa Senhora do Livramento, na freguesia de Parnaguá. Oeiras, 13 de julho de 1762. AHU CU_016, Cx. 8, D. 507. Grifos da autora)

Nas vilas criadas, era erigido o símbolo de força sobre os escravizados e quaisquer outros sujeitos que iam contra o poder real. No ato de levantamento do pelourinho vila de Parnaguá, percebemos a participação da sociedade local, dos representantes do poder na Capitania de São José do Piauí, e que fora erguido no largo da praça pública, reafirmando o exercício de poder, controle e dominação. Dessa forma, esse exercício de poder e dominação produz um discurso que atravessa o corpo social presente naquele ato. Compreendemos que o exercício do poder de um sujeito sobre o outro é um fenômeno de dominação instável, heterogêneo e não atinge da mesma maneira os indivíduos na sociedade. O poder é algo que circula, não está localizado em um espaço específico, funciona e exerce redes de apoio, e os indivíduos o exercem e sofrem influência dele (FOUCAULT, 2015: 45 e 284).

Após criar a vila de Jerumenha, em 21 de junho de 1762, João Pereira Caldas retornou a Oeiras e partiu rumo ao norte da capitania, passando pela freguesia de Santo Antonio do Surubim, que se transformou na vila de Campo Maior, mandando levantar o pelourinho. Instalou a vila de São João da Parnaíba no povoado da Testa Branca, criou a vila do Marvão na freguesia de Nossa Senhora do Desterro do Poti, e na freguesia de Nossa Senhora da Conceição dos Aroazes instalou a vila de Valença (MACHADO, 2017: 155-156).

A cidade de Oeiras passou a figurar como uma importante rota comercial de tropeadas, especializadas na comercialização de animais e escravizados, incorporando o movimento de circulação de mercadorias diversas para as demais vilas da Capitania. Os tropeiros viviam do comércio, de compra e venda dos mais diferentes produtos e foram responsáveis pelo abastecimento interno da capitania, além de fornecer mão de obra e produtos das capitanias de Pernambuco e Bahia.

A presença dos cativos funde-se com a paisagem do marco inicial da capital, pois nesta foi erigida uma igreja sob a proteção de Nossa Senhora do Rosário, que inicialmente pertencia ao conjunto arquitetônico da morada de Domingos Afonso Mafrense, chamado de Largo do Rosário, depois passou a ser o domicílio dos inacianos e depois dos governadores da Capitania.

A Igreja do Rosário, que foi construída em 1711, pelos padres da Companhia de Jesus. Nos oitocentos, os domicílios nobres desceram para a chamada cidade baixa, onde foi construída a capela matriz e, a partir de então, o Bairro do Rosário passou a ser a moradia de escravizados, forros e da população mais pobre da região. A permissão escravocrata para a manutenção deste território se constitui em uma estratégia para garantir a ordem e a segurança na sociedade, chegando a distribuir

pequenos lotes de terra para que os escravizados pudessem trabalhar e se manter com relativa autonomia (SOUSA, 2008: 192). Era um espaço resultado do processo de negociação entre diferentes grupos sociais, e uma forma de contestar a sociedade escravocrata, tendo em vista a possibilidade de os escravizados negociarem interesses próprios.

Ainda em 1762, João Pereira Caldas procedeu o arrolamento geral da população da capitania de São José do Piauí, que indicava 12.746 habitantes entre as oito freguesias criadas, sendo um total de 2.550 fogos, 536 fazendas de criação de gado, 8.102 pessoas livres e 4.644 escravizados. Segundo os dados populacionais referentes a este período, a população de cativos não atingia 40% da população total, predominava a população livre constituída de fazendeiros de grandes e pequenas extensões de terra (BRANDÃO, 1999: 40). Entre 1764 e 1770, a Capitania do Piauí possuía 2.050 fogos, 536 fazendas, 8.102 pessoas livres e 4.644 escravizados. Desse total, 270 fogos, 655 pessoas livres e 465 cativos concentravam-se na cidade de Oeiras (MOTT, 2010: 98).

Em 1772, segundo a descrição do ouvidor Antônio José de Moraes Durão, havia em toda a capitania 3.034 fogos, com 19.191 almas, sendo 8.522 mulheres e 10.669 distribuídos por 579 fazendas e 352 sítios. O recenseamento denota um aumento no número de habitantes da capitania, mas não deixa claro se eram livres ou escravizados, dividindo apenas a população pela cor (MOTT, 2010: 25). Assim, é possível identificar que a formação da sociedade piauiense ocorre paralelamente ao desenvolvimento da pecuária e ao aumento do número de fazendas, que apresentava baixa densidade demográfica, relativa mobilidade social, presença de trabalhadores livres e escravizados, e o acesso à terra configurava o status e as relações sociais².

Na segunda metade do século XVIII, havia em média 4,2 pessoas para cada casa na zona urbana. O escravizado representava 1,6 para cada residência e seu trabalho limitava-se ao setor doméstico. Todavia, seguindo a lógica da distribuição da população negra nos séculos anteriores, era na zona rural que a presença dos escravizados mostrava-se mais acentuada, sendo que havia uma média de 19,1 escravizados por fazenda. Em 1762, a população de cativos não atingia 40% da

2. Na cidade de Oeiras existiam 1.002 fogos, 5.700 almas, sendo 2.498 mulheres e 3.202 homens, 182 fazendas e 103 sítios, além disso, na ribeira do Itaim existiam 60 índios Jaicós junto a 252 Gueguês no aldeamento de São João de Sende e 424 Acroás não aldeados. Em Jerumenha existiam 253 fogos, 1.531 almas, sendo 869 homens, 662 mulheres, 69 fazendas e 46 sítios. Na vila de Parnaguá existiam 329 fogos, 2.433 almas, sendo 1333 homens e 1.100 mulheres, 60 fazendas e 11 sítios, e um aldeamento de índios Pimenteiras. Em Campo Maior existiam 79 fogos, 2.971 almas, sendo 1/302 mulheres e 1.669 homens, com 91 fazendas e 49 sítios. A vila de Valença possuía 369 fogos, 2.536 almas, 1.180 mulheres, 1.356 homens, 58 fazendas e 46 sítios. Na vila de Marvão registraram-se 190 fogos, 1.326 almas 728 homens, 598 mulheres, 39 fazendas e 50 sítios. E por fim, na vila de São João da Parnaíba registraram-se 444 fogos, 2.694 almas, 1.512 homens, 1.182 mulheres, 79 fazendas e 45 sítios. Essa vila foi a que mais cresceu através do aumento das charqueadas e comércio com as outras capitanias.

população total, predominava a população livre construída de fazendeiros de grandes e pequenas extensões de terra. (BRANDÃO, 1999: 45)

No final do século XVIII, a vila de São João da Parnaíba destacou-se como um importante entreposto comercial de gado e charque. Nesse sentido, é importante ter conhecimento sobre a referida vila, porque, tanto no período colonial quanto na segunda metade do século XIX, mais especificamente com o fim do tráfico atlântico de escravizados, a região figurará como um local de desembarque de mercadorias e cativos clandestinos.

Após a saída de João Pereira Caldas da administração da Capitania, a sede da vila foi transferida para o Porto das Barcas. Em meados do século XVIII, chegaram à região as famílias Castello Branco e João Paulo Diniz, que possuíam fazendas de gado na região de Pastos Bons no Maranhão e arrendaram a Ilha do Caju para a produção de charque (MAVIGNIER, 2005: 48). A vila tornou-se a mais próspera da Capitania através do comércio e exportação de produtos agrícolas, pastoris e extrativistas. A indústria e o comércio do gado e seus derivados proporcionaram a fixação de riquezas, principalmente a partir da implantação das charqueadas de Domingos Dias da Silva³.

A intensificação do movimento portuário ocorreu justamente com a produção de charque para exportação, encabeçada por João Paulo Diniz, Domingos Dias da Silva, Sebastião Lopes, e os Veras, estes se consolidaram como um grupo de exportadores que comercializavam nas praças nacionais e estrangeiras (REGO, 2010: 52 e 77). Domingos Dias era proprietário de uma frota relativamente grande de navios e, através do seu prestígio com a corte portuguesa, conseguiu comercializar diretamente com Lisboa, sem a necessidade de pagar imposto ao governo do Maranhão (REGO, 2010: 139-140). As produções agropastoris e extrativistas saíam da região do litoral e de parte do Maranhão e seguiam as correntes marítimas que rumavam para a Europa, ligando Parnaíba a Lisboa. A vila de São João da Parnaíba se destacava das demais pelo consumo de produtos importados, diferente do padrão do interior da província e pela ligação direta com a Europa e demais capitânicas do Brasil (REGO, 2010: 43 e 53).

A exportação de carne permitiu o crescimento da vila e a consolidação dos grupos de comerciantes, mas a alfândega de Parnaíba só foi instalada em 1814, sob a administração do governador Baltazar de Sousa Botelho de Vasconcelos. Nessa época, Simplício Dias da Silva era o negociante mais importante e próspero da região de São João da Parnaíba, continuou a tentar dinamizar o comércio e montou

3. Português e imigrou para o Brasil em 1768, instalando-se na vila de São João da Parnaíba, construindo um grande patrimônio, promovendo o crescimento comercial e mudanças sociais na região.

um vasto império no litoral do Piauí.

O negociante de Nantes, Louis-François de Tollenare, em sua passagem pela Capitania do Piauí, no ano de 1818, concentrou sua viagem no litoral, escrevendo suas impressões sobre a vila de São João da Parnaíba e sobre a propriedade de Simplício Dias. Tollenare destacou a erudição e os modos civilizados de Simplício, o número de escravizados do seu plantel e a forma como acumulou fortuna.

A cerca de 15 ou 18 léguas a Leste de S. Luís sobre o continente, lia a pequena cidade de Parnaíba, perto da qual se cultiva o melhor algodão do país, muito superior a todas as qualidades do Maranhão. Parnaíba recebe os produtos da interessante capitania do Piauí, de que Oeiras é a capital.

[...] E' perto de Parnaíba que se acha a magnifica propriedade do sr. Simplício Dias da Silva, um dos mais opulentos particulares do Brasil. Calcula-se em 1800 o número dos seus escravos.

[...] O sr. Simplício viajou na França e na Inglaterra, e ali aprendeu a conhecer o respeito devido á civilização; ocupa-se das belas-artes, vive com um luxo asiático, mantém músicos com grande dispêndio, acolhe os estrangeiros, gosta dos Franceses, vive nos seus domínios como um homem poderosamente rico; mas, não conspira. [...]

Esta imensa fortuna do sr. Simplício é o furto da indústria de seu pai, que, obrigado a homisiar-se por não sei que delito, se retirou para perto de Parnaíba, derrubou o mato, criou algum gado, comprou alguns escravos, e elevou-se gradualmente ao ponto de opulência de que goza o seu filho, nascido de uma mulata, com quem não havia casado.

Descrevem aqui o sr. Simplício sob pontos de vista muito variados; apresento-o conforme o que me disseram estrangeiros, que foram seus hospedes por algum tempo. E' possível que o sr. Simplício seja mais Brasileiro do que Português; mas, isto não é um crime, e a corte, emancipando o reino do Brasil, sancionou, me parece, estas afeições (MAVIGNIER, 2005, 68)

Simplício Dias da Silva era filho de Domingos Dias da Silva com a cativa Claudina, herdou grande fortuna, obteve a formação básica na cidade de São Luís e superior na Universidade de Coimbra, onde se formou em estudos jurídicos. Durante sua permanência na Europa, viajou por diversos países como Inglaterra e França, ao retornar para o Brasil, seu irmão Raimundo faleceu e deixou uma vultosa fortuna, composta por mais de 1.800 escravos (KOSTER, 1942: 252). Assim, a fortuna de Simplício Dias adveio da herança deixada por seu pai, da administração dos bens pelo irmão, dos empreendimentos comerciais de artigos de luxo importados da Europa, da exportação de carne seca e da exploração do trabalho escravo. Ao tempo que possuía ideias ligadas ao iluminismo e à promoção do ideal libertário durante a independência do Brasil, tinha o maior plantel de escravos e era conhecido pela

prática de crueldade e violência (NASCIMENTO, 2019: 14)

O senhor de engenho e cronista luso-brasileiro Henry Koster, na obra *Viagens ao Nordeste do Brasil*, descreveu como conheceu José Gonçalves da Silva (membro da elite maranhense) e Simplício Dias da Silva, apresentando-os como “prestigiosos negociantes e plantadores”, coronéis e proprietários de cativos.

Fui apresentado a muitos dos mais prestigiosos negociantes e plantadores, particularmente aos coronéis José Gonçalves da Silva e Simplício Dias da Silva, este é o subgovernador de Parnaíba, pequeno porto situado a tres graus a leste de S. Luiz. São homens de grande riqueza e de espírito independente. O primeiro é pessoa idosa e realizou imensa fortuna no comércio, ultimamente acrescida pelo plantio do algodão. Possui de 1000 a 1500 escravos. [...]

O coronel Simplício fora chamado a S. Luiz pelo Governador. Não fossem as circunstancias em que se encontrava, teria eu ido à sua residência em Parnaíba. Tem ele casa magnifica, banda de música composta por seus escravos, alguns dos quais educados em Lisboa e Rio de Janeiro. Só é possível esperar melhoramentos de homens como esses (KOSTER, 1942: 237-238)

A descrição de Koster aponta para as relações de poder e as influências desses senhores sobre a região de São João da Parnaíba e sobre a Capitania do Piauí. Simplício Dias frequentava a corte portuguesa, as recepções de gala e festas da realeza, manteve contato duradouro com Dom Pedro I e recebeu da rainha, D. Maria I, um brasão D'Armas, o Hábito da Ordem de Cristo e a honraria de Fidalgo Cavaleiro da Casa Real (MAVIGNIER, 2005: 61).

O seu plantel de cativos era composto por africanos de várias nações: Congo, Benguela, Cassange, com uma proporção maior para o sexo masculino e faixa etária variando entre 20 e 40 anos de idade. Esses dados são relevantes para compreendermos que os comerciantes do litoral piauiense também foram responsáveis pelo tráfico atlântico de escravos (FALCI, 1993: s.p.). O padrão de ofício desempenhado por seu plantel diferia do restante da capitania, destacando-se artesãos, carpinteiros, ferreiros e serradores, ligados à fabricação de barcos (MAVIGNIER, 2005: 68). A família Dias da Silva mandou edificar a Igreja dos Homens Pretos do Rosário no local em que havia uma senzala para que os cativos tivessem onde celebrar a fé cristã, visto que não podiam entrar na Igreja de Nossa Senhora das Graças.

Em 1808, consoante as *Memórias relativas às capitâneas do Piauí e Maranhão*, a vila de São João da Parnaíba possuía de doze a treze mil habitantes, e pelo seu porto entram sumacas e bergantis⁴, totalizando o valor de 106:420\$000 réis em

4. Sumaca era um pequeno navio de cabotagem utilizado entre o litoral brasileiro e o rio da Prata na Argentina. Segundo Evaldo Mello, a sumaca era uma embarcação de origem neerlandesa (Smak) e substituiu o caravelão no transporte de pessoas e mercadorias. O bergantil era um tipo de embarcação

exportações, e 59:004\$900 de importações. Sendo que 36:400\$000 réis eram de importação de cativos que, em sua maioria, vinham do Congo de Benguela, e os altos preços das importações ocorreram porque muitos deles aportaram naquela região (MACHADO, 1854: 56-69). Desde o final do século XVIII, já existia o comércio de carne e couro pela vila de São João da Parnaíba em direção a outras capitanias. Essa transação promoveu a ligação entre a capitania do Piauí e o restante do Brasil, e contrapõe-se à ideia de isolamento e à concepção de Celso Furtado de que a pecuária dependia essencialmente da economia açucareira.

O porto da vila de Parnaíba era um local privilegiado desde o monopólio da Companhia de Comércio, a despeito da falta de vigilância da região, onde os sujeitos utilizavam como entreposto comercial todos os tipos de produtos, inclusive negreiros para o comércio de escravizados do Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia. Em suas pesquisas, Diego Pereira Santos encontrou uma viagem entre os portos de Parnaíba e Amazônia, com o número de 24 cativos, e entre o mesmo porto em direção ao Pará, com 15 escravizados registrados oficialmente pela embarcação. Esse número pode ser maior, pois os registros podem estar fraudados, porquanto havia muitos interesses metropolitanos na região (SANTOS, 2013: 58). Assim, por não existir até 1817 a legalidade dos produtos comercializados no Porto das Barcas, a companhia de comércio do Maranhão acabou por promover a intensificação do contrabando e comercialização direto com Lisboa. A falta de fiscalização do litoral piauiense vai favorecer também a ampliação do tráfico de escravizados no decorrer do século XIX.

Os navios provenientes de Salvador, Rio de Janeiro, Belém, Portugal e várias outras regiões aportavam anualmente em São João da Parnaíba, com o objetivo de comercializar gado, couro, sola, algodão e escravizados (FALCI, 1988: 9-11). Os valores disponíveis das importações do ano de 1808 nas *Memórias relativas às capitanias do Piauí e Maranhão* balizam a concepção de participação do Piauí no comércio atlântico de cativos. A balança comercial da vila teve um saldo positivo para as importações e principalmente no que diz respeito ao comércio de almas. A entrada de escravizados pelo porto de Parnaíba ocorreu provavelmente porque, após 1790, São Domingos deixou de ser um dos competidores na produção de açúcar e houve uma variedade nos mercados regionais, onde o declínio, em determinadas regiões, é compensado pelo aumento em outras (FALCI, 1988: 9-11)

A formação histórica do Piauí está no contexto de ocupação e expansão para o sertão, caracteriza-se por espaços econômicos formados por pequenas propriedades pecuaristas, agricultura de subsistência e pequenos plantéis de escravizados. Isso de velas e remos. Diferenciavam-se pela quantidade de velas e mastros, tamanho e capacidade de carregamento.

não significa inexistência do trabalho escravizado, que as relações entre os sujeitos fossem afáveis e sem violência, e que não houvesse especialização e divisão do trabalho. Assim, em consequência à expansão dos espaços produção dos rebanhos e da comercialização destes, os escravizados adentraram o território juntamente com os primeiros colonizadores, comprados nos mercados da Bahia, Recife ou São Luís.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Memória cronológica, histórica e corográfica da província do Piauí*. Teresina: SEDUC, 2005.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul – séculos XVI e XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ANÔNIMO. Roteiro do Maranhão a Goiás pela Capitania do Piauí. In: *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*. Tomo 62, parte I, 1900.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. Brasil-Maranhão. Carta régia. Minuta para o governador e capitão-general do estado do Maranhão, sobre a situação de conflitos em que vive os moradores do Piauí, dos sertões da Bahia e de Pernambuco, provocados pelos possuidores de vastas sesmarias naqueles lugares. AHU_ACL_CU_099, Cx. 33, D. 3343.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. Carta Régia do Rei Dom José do Piauí João Pereira Caldas de Nando a publicação da lei que determina sobre acesso de escravos transportados de África América e Ásia para o reino. Lisboa, 12 de outubro de 1761. AHU_ACL CU_018, CX. 8, D 496.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. Carta Régia do Rei Dom José do Piauí João Pereira Caldas de Nando a publicação da lei que determina sobre acesso de escravos transportados de África América e Ásia para o reino. Lisboa, 12 de outubro de 1761. AHU ACL CU_018, CX. 8, D 496.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. Ofício do desembargador, Francisco Marcelino de Gouveia, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier Mendonça Furtado, sobre a criação da nova Povoação de Nossa Senhora do Livramento, na freguesia de Parnaguá. Oeiras, 13 de julho de 1762. AHU CU_016, Cx. 8, D. 507 BASTOS, Cláudio de Albuquerque. *Dicionário histórico e geográfico do estado do Piauí*. Arquivo Público do Estado do Piauí, 1994.

BRANDÃO, Tanya Maria. *O escravo na formação social do Piauí: perspectiva histórica do século XVIII*. Teresina: Universidade Federal do Piauí, 1999.

CALDEIRA, Jorge. O processo econômico. In: *Crise colonial e independência: 1808-*

1930. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

CASTELO BRANCO, Renato. *Tomei um ita no norte: memórias*. São Paulo: L.R. 1981. CEZAR, Iasmim de Oliveira. Nas rotas dos sertões: africanos e agentes do tráfico interno de escravos. Bahia, Século XVIII. In: VIII Encontro Estadual de História. ANPUH-BA. 2016, Feira de Santana. *Anais [...]*. Feira de Santana, 2016.

COSTA, Francisca Raquel da. *Escravidão e liberdade no Piauí oitocentista: Alforrias, reescravização e escravidão ilegal de pessoas livres (1850-1888)*. 2017. 319 f. Tese. Doutorado em História. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2017.

D. B. SALOMÃO, Ricardo. De índios rodeleiros a índios tuxá do século XX: uma etno-história das relações interétnicas no médio São Francisco. In: XXXII Encontro Anual da ANPOCS - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. 2008, Caxambu. *Anais...* Caxambu, 2008.

ENNES, Ernesto. *As guerras nos Palmares: subsídios para a sua história*. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1938.

FALCI, Miridan Brito Knox. *Escravos do sertão: demografia, trabalho e relações sociais*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1999.

_____. O ilustre senhor da Parnaíba: Simplício Dias da Silva. Sociedade Brasileira de Pesquisas Históricas SBPH. *Anais da XIII Reunião*. Florianópolis. 1993.

_____. Demografia da escravidão em áreas periféricas: o escravo no Piauí. In: *Congresso Internacional de Escravidão*. 1988. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (Org.). *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GARDNER, George. *Viagens no Brasil*. [s.l.], Cia. Ed. Nacional, 1942, p. 223.

HENRIQUE, Juliana da Silva. *A feira de Capuame. Pecuária, territorialização e abastecimento (Bahia, século XVIII)*. 2014. p. 238 f. Dissertação. Mestrado em História Econômica. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

J. LÚCIO D'AZEVEDO. *História de Antonio Vieira com factos e documentos novos*. Tomo primeiro. Lisboa: Livraria clássica editora de A. M. Teixeira 17, 1918.

JÚNIOR BARROSO, Reinaldo dos Santos. *Nas rotas do atlântico equatorial: tráfico de escravos rizicultores da Alta-Guiné para o Maranhão (1770-1800)*. 2009. 119 f.

- Dissertação. Mestrado em História. Universidade Federal da Bahia. Salvador. 2009.
- KOSTER, Henry. *Viagens ao nordeste do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1942.
- LARA, Silvia Hunold. *Campos da Violência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- LIMA, Luciano Mendonça de. *Cativos da “Rainha da Borborema”*: uma história social da escravidão em Campina Grande-século XIX. 2008. 356 f. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. História, 2008.
- MACHADO, Eduardo de Andrade. *Serviço régio e governo colonial: João Pereira Caldas e a capitania de São José do Piauí (1759-1769)*. 2017. 137 f. Dissertação. Mestrado em História do Brasil. Universidade Federal do Piauí. Teresina. 2017.
- MACHADO, Francisco Xavier. Memórias Relativas às Capitanias do Piauí e Maranhão. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. Rio de Janeiro, 1854, Tomo XVII, vol. 17.
- MAVIGNIER, Diderot dos Santos. *No Piauí: na terra dos Tremembés*. Parnaíba: Sieart, 2005.
- MELO, (Pe.) Cláudio de. A prioridade do Norte no povoamento do Piauí. In: *Obra reunida*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2019.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. Biblioteca Nacional. Documentos históricos correspondência dos governadores gerais. 1704-1714. Vol. XL. Tip. Baptista de Souza, Rua da Misericórdia 51, Rio de Janeiro 1938.
- MOTT, Luiz. *Piauí colonial: população, economia e sociedade*. Teresina: APL FUNDAC, DETRAN, 2010.
- NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa. História e historiografia piauiense: a prática escriturística e a atuação dos intelectuais na produção de sentidos no começo do século XX. In: *História, memória e práticas de ensino*. Teresina: EDUFPI, 2019.
- OLIVEIRA, Ana Stela Negreiros. *O povoamento colonial do sudeste do Piauí: indígenas e colonizadores, conflitos e resistências*. 2007. 202 f. Tese. Doutorado em História. Universidade Federal de Pernambuco. Recife. 2007.
- PEREIRA DA COSTA, F. A. *Cronologia histórica do estado do Piauí: desde os seus tempos primitivos até a Proclamação da República*. v.1. Rio de Janeiro: Artenova, 1974. p. 48.
- REGO, Junia Motta Antonaccio Napoleão do. *Dos sertões aos mares: história do comércio e dos comerci-antes de Parnaíba (1700-1950)*. 2010. 291 f. Tese. Doutorado

em História. Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2010.

RIBEIRO, Alexandre Vieira. *O tráfico atlântico de escravos e a praça mercantil de Salvador, 1680-1830*. 2005. 149 f. Dissertação. Mestrado em História Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2005.

SALLES, Wesley Dartagnan. A queda do paradigma “Sentido da colonização”: notas sobre o debate historiográfico do Brasil colonial, antigo sistema colonial e antigo regime nos trópicos. *Almanack*. Guarulhos, n. 15, jan./abr. 2017.

SANTOS, Diego Pereira. *Entre costas brasílicas: o tráfico interno de escravos em direitura a Amazônia, 1778-1830*. 2013. 131 f. Dissertação. Mestrado em História Social da Amazônia. Universidade Federal do Pará. Belém. 2013.

SILVA, Lígia Osório. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da Lei de 1850*. Coleção repertórios, Campinas, São Paulo: Editora Unicamp, 1996.

SILVA, Mairton Celestino da. *Um caminho para o Estado do Brasil: colonos, missionários, escravos e índios no tempo das conquistas do Estado do Maranhão e Piauí, 1600-1800*. 2016. 308 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

SOUSA, Gabriel Soares de. Tratado Descritivo do Brasil em 1587. Apud MELO, (Pe.) Cláudio de. In: *Obra Reunida*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2019.

SOUSA, Talyta Marjorie Lira; LIMA, Solimar Oliveira. Tecendo negritudes: memórias e representações da afrodescendência no Bairro do Rosário, em Oeiras, Piauí. In: *Sertão negro: escravidão e africanidades*. Rio de Janeiro: Booklink; Teresina: Matizes, 2008.

SOUSA, V. V. . Piauí: apossamento, Desenvolvimento e Integração (1684-1877). In: I Seminário de Pesquisa da Pós Graduação UFG/UCG, 2008, Goiânia. *Anais I Seminário Pós- Graduação*. Goiania: UFG, 2008. v. 01. p. 1-26.

VIEIRA, Antônio. Informação que por ordem do conselho ultramarino deu sobre as coisas do maranhão ao meso conselho o padre Antonio Vieira. In: *Escritos instrumentais sobre os índios*. São Paulo: EDUC/Loyola/Giordano, 1992.

WEHLING, Arno. *Formação do Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.